

PROCESSO - A. I. Nº 115305.0001/08-9
RECORRENTES - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL e COMERCIAL DE GÁS ANDRADE LTDA. (NOVO GÁS)
RECORRIDOS - COMERCIAL DE GÁS ANDRADE LTDA. (NOVO GÁS) e FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSOS - RECURSOS DE OFÍCIO e VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0141-03/10
ORIGEM - IFEP COMÉRCIO
INTERNET - 03/05/2012

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0114-11/12

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. MULTA. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 1% do valor comercial das mercadorias tributáveis não escrituradas. Reincluídas as notas fiscais correspondentes aos botijões vazios, visto que o sujeito passivo não exerce a atividade de Centro de Destroca, e sim de comércio varejista de GLP, portanto não podendo lhe ser aplicada a regra prevista na legislação de dispensa de emissão de documentos fiscais e da escrituração de livros fiscais, somente aplicável a tais Centros. Comprovado o não registro dos vasilhames e do GLP. Modificada a Decisão recorrida. Recurso de Ofício **PROVIDO**. Recurso Voluntário **NÃO PROVIDO** Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recursos Voluntário e de Ofício, nos termos do artigo 169, inciso I, alíneas “a” e §2º, do RPAF/99, interpostos pelo sujeito passivo e pela Presidente do CONSEF, respectivamente, contra a Decisão exarada através do Acórdão JJF nº 0141-03/10 - que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração epígrafado, lavrado para imputar ao contribuinte a entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis (cujo imposto já foi pago por substituição tributária), sem o devido registro na escrita fiscal, irregularidade verificada no confronto entre as notas fiscais apresentadas pelo contribuinte e as notas fiscais do SINTEGRA, transmitidas pelos fornecedores.

O Relator da Junta de Julgamento Fiscal proferiu voto pela procedência em parte da infração acima descrita, nos seguintes termos, *in verbis*:

“...O presente Auto de Infração foi lavrado para exigência de multa pela omissão de saídas de mercadorias não tributáveis, apurada através de entradas não registradas correspondentes às notas fiscais constantes dos demonstrativos de fls. 09 a 26 do PAF.

A legislação prevê a aplicação de multa, calculada sobre o valor comercial da mercadoria que tenha entrado no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal, sendo 10% para mercadorias sujeitas a tributação (art. 42, inciso IX, da Lei 7.014/96), e 1% para as mercadorias não tributáveis (art. 42, inciso XI, da Lei 7.014/96). Inicialmente, o autuado alegou que o autuante não entregou cópias das notas fiscais, o que impossibilitou fazer uma análise criteriosa dos documentos fiscais objeto da autuação.

Quanto a esta alegação, consta à fl. 870, intimação ao autuado com assinatura de seu representante legal, comprovando que tomou ciência e recebeu cópia das fls. 34 a 822 do PAF, anexadas aos autos pelo autuante, tendo sido reaberto o prazo de defesa, por determinação desta Junta de Julgamento Fiscal, conforme fls. 877 e 881, ficando sanada a irregularidade alegada nas razões de defesa.

Na nova impugnação foi apresentada pelo autuado, alegando que foram incluídas na autuação notas fiscais referentes a operações de simples remessa de botijões vazios utilizados no transporte do único produto comercializado pela empresa. Informa que os botijões vazios são considerados bens imobilizados do estabelecimento; são utilizados para o transporte do GLP. Diz que envia duas notas fiscais nas operações de compra e venda: uma referente à comercialização da mercadoria com recolhimento do imposto por antecipação; outra de simples remessa constando os botijões vazios.

Por solicitação desta Junta de Julgamento Fiscal, o autuante elaborou demonstrativos separados das operações realizadas pelo autuado: Planilha de Vasilhame (fls. 1311 a 1316) e Planilha de Gás e Outros (fls. 1317 a 1331). Quanto às notas fiscais relativas à remessa de vasilhames, o autuado tomou conhecimento da nova planilha elaborada pelo autuante e alegou que não deve ser exigida a multa pelo equívoco cometido em relação à emissão dos documentos fiscais em questão.

Nas razões defensivas, o autuado esclareceu que os vasilhames vazios são encaminhados para enchimento e retorno, constando no corpo dos documentos fiscais a seguinte declaração do fornecedor: “retorno dos vasilhames enviados através de sua NR...”. Em relação às operações efetuadas com botijões vazios, o RICMS/BA estabelece:

“Art. 514. Em relação às operações com botijões vazios destinados ao acondicionamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) realizadas com os Centros de Destroca, para cumprimento das obrigações relacionadas com o ICMS, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, serão observadas, especialmente, as regras deste artigo (Conv. ICMS 99/96).

§ 1º Centros de Destroca são os estabelecimentos criados exclusivamente para realizarem serviços de destroca de botijões destinados ao acondicionamento de GLP.

§ 2º Somente realizarão operações com os Centros de Destroca as Distribuidoras de GLP, como tais definidas pela legislação federal específica, e os seus revendedores credenciados, nos termos do art. 8º da Portaria nº 843, de 31/10/90, do Ministério da Infra-Estrutura.

§ 3º Os Centros de Destroca deverão estar inscritos no cadastro de contribuintes do ICMS.

§ 4º Ficam os Centros de Destroca dispensados da emissão de documentos fiscais e da escrituração de livros fiscais, com exceção do Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo, em substituição, emitir os formulários a seguir indicados, de acordo com os modelos anexos ao Convênio ICMS 99/96:

- I - Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV);*
- II - Controle Diário do Saldo de Vasilhames por Marca (SVM);*
- III - Consolidação Semanal da Movimentação de Vasilhames (CSM);*
- IV - Consolidação Mensal da Movimentação de Vasilhames (CVM);*
- V - Controle Mensal de Movimentação de Vasilhames por Marca (MVM).*

§ 5º Relativamente aos formulários de que cuida o parágrafo anterior:

- I - só poderão ser alterados por convênio;*
- II - os especificados nos incisos II a V serão numerados tipograficamente, em ordem crescente de 1 a 999.999;*
- III - o mencionado no inciso IV será encadernado anualmente, lavrando-se os termos de abertura e de encerramento, e levado à repartição fiscal a que estiver vinculado o Centro de Destroca para autenticação;*
- IV - o referido no inciso V será emitido, no mínimo, em 2 vias, devendo a 1ª via ser enviada à distribuidora até 5 dias contados da data de sua emissão.*

§ 6º Os Centros de Destroca emitirão o documento denominado Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV) em relação a cada veículo que entrar nas suas dependências para realizar operação de destroca de botijões vazios destinados ao acondicionamento de GLP...”

De acordo com o dispositivo regulamentar acima reproduzido, a legislação prevê a dispensa da emissão de documentos fiscais e da escrituração de livros fiscais em relação aos botijões vazios, e neste caso, entendo que a dispensa tratada no RICMS/BA se aplica ao fato alegado pelo defendente, devendo a fiscalização apurar a existência do efetivo controle quanto à movimentação desses vasilhames. Conforme mencionado anteriormente, por solicitação desta Junta de Julgamento Fiscal, o autuante elaborou demonstrativos separados das operações realizadas pelo autuado: Planilha Vasilhame (fls. 1311 a 1316) e Planilha Gás e Outros (fls. 1317 a 1331), e os dados numéricos dos mencionados demonstrativos não foram contestados pelo defendente, após regular intimação e concessão de prazo para sua manifestação.

Com base no dispositivo do RICMS/BA, reproduzido neste voto, concluo que não é devida a penalidade quanto às Notas Fiscais relativas aos vasilhames. Portanto, de acordo com o demonstrativo de fls. 1317 a 1331 (Planilha Gás e Outros), fica reduzido valor da multa exigida no presente lançamento para R\$47.405,26, ou seja, é devida a multa correspondente às demais notas fiscais não comprovadas pelo autuado. Mantida parcialmente a exigência fiscal.

Quanto ao pedido apresentado pelo defendente para que seja dispensado da multa aplicada, não pode ser acatado, tendo em vista que não restou comprovado nos autos que a infração apurada não implicou falta de recolhimento do imposto, consoante o disposto no § 7º do art. 42 da Lei 7.014/96. O fato apurado constitui impedimento para realização de procedimentos de fiscalização com a finalidade de apurar se o imposto devido foi recolhido, por isso é correta a aplicação da multa por descumprimento de obrigação acessória. Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.”

Inconformado com o Julgado de Primeira Instância, o sujeito passivo interpõe o presente Recurso Voluntário – fl. 1354 - onde requer a alteração da Decisão proferida pela JJF, alegando basicamente que as notas fiscais relativas aos vasilhames de simples remessa, objeto de redução da penalidade pela primeira instância, não foram em sua totalidade “*subtraídas da pena principal*”, pois o autuante, por ocasião da elaboração dos demonstrativos separados das operações realizadas, incluiu na Planilha Gás e Outros (fls. 1326 a 1331), diversas notas fiscais sobre operações de simples remessa de botijões vazios, quando tais notas foram posteriormente reconhecidas por este Conselho como indevidas para aplicação da penalidade.

Em amparo a sua alegação, cita as seguintes Notas Fiscais:

nº 223	14.01.2005	R\$ 31.385,60
nº 377	21.01.2005	R\$ 30.816,00
nº 546	28.01.2005	R\$ 30.816,00
nº 636	31.01.2005	R\$ 31.385,60
nº 784	09.02.2005	R\$ 31.030,00
nº 851	11.02.2005	R\$ 30.816,00
nº 986	17.02.2005	R\$ 31.101,20

A PGE/PROFIS, em seu opinativo de fl. 1.361, da lavra da procuradora Maria Dulce Baleeiro Costa, opina pela conversão do processo em diligência, consignando que, embora o recorrente tenha sido intimado do resultado da diligência realizada – conforme fl. 1.334 – oportunidade em que deveria ter se pronunciado sobre possíveis equívocos, em decorrência do efeito devolutivo do Recurso Voluntário, a diligência deve ser deferida, para que o autuante informe se incluiu ou não as notas fiscais indicadas na peça recursal e apresentadas as devidas justificativas.

Submetido o processo para deliberação sobre a diligência solicitada pela PGE/PROFIS, esta foi indeferida, por unanimidade, visto que em consulta ao sistema de cadastro de contribuinte, constatou-se que a empresa exerce a atividade de comércio varejista de gás liquefeito de petróleo, e não Centro de Destroca, nos moldes previstos no §1º do art. 514 do RICMS/BA.

Na oportunidade, com base na prerrogativa do §2º do art. 169 do RPAF/BA, o processo foi remetido á Presidente do CONSEF, para análise quanto a possível interposição de Recurso de Ofício, o que foi feito à fl 1.365, por entender-se que “... *o resultado do julgamento levado a efeito pela 3ª JJF configura Decisão manifestamente contraria a legislação em vigor, em especial aos arts. 42, inciso XI, da Lei nº 7014/96 e 322 do RICMS/BA, vez que a autuação levou em conta documentos fiscais regularmente emitidos, porém não escriturados....*”, concluindo pela remessa do PAF à 1ª CJF para reexame da matéria, em sede de Recurso de Ofício.

Em Parecer conclusivo, da lavra da Procuradora Maria Dulce Baleeiro Costa, esta se manifesta pelo Não Provimento do Recurso Voluntário, considerando que não sendo o contribuinte um Centro de Destroca, que é um estabelecimento criado exclusivamente para realizar serviço de troca de botijões destinados a acondicionamento do GLP, e, portanto, comercializando o gás GLP, as notas fiscais de entrada devem ser escrituradas no LRE, devendo ser mantida a infração, não se aplicando o disposto no art. 514 do RICMS/BA.

VOTO

Da análise dos elementos constantes dos autos e da Decisão recorrida, entendemos de logo merecerem guarida as razões apresentadas pela Presidente do CONSEF para reexame do acórdão epigrafado, em sede de Recurso de Ofício, visto que uma simples verificação no sistema de cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda permite constatar que o contribuinte autuado exerce a atividade de comércio varejista de GLP – gás liquefeito de petróleo, e não atividade de Centro de Destroca, nos moldes do art. 514 do RICMS/BA, dispositivo aplicado pela JJF para embasar a desoneração dos valores exigidos pertinentes aos documentos fiscais de remessa de vasilhames, já que para tais estabelecimentos não há a obrigatoriedade de emissão de notas fiscais para a circulação dos vasilhames, e, portanto, de seus registros.

E, de fato, conforme estabelece expressamente o §1º do dispositivo citado, os Centros de Destroca “são estabelecimentos criados exclusivamente para realizarem serviços de destroca de

botijões destinados ao acondicionamento de GLP”, que obedecem aos procedimentos descritos na norma em apreço, abaixo reproduzida, *in verbis*:

SEÇÃO V

Das Operações Relacionadas com Destroca de Botijões Vazios Destinados ao Acondicionamento de GLP

Art. 514. Em relação às operações com botijões vazios destinados ao acondicionamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) realizadas com os Centros de Destroca, para cumprimento das obrigações relacionadas com o ICMS, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, serão observadas, especialmente, as regras deste artigo (Conv. ICMS 99/96).

§ 1º Centros de Destroca são os estabelecimentos criados exclusivamente para realizarem serviços de destroca de botijões destinados ao acondicionamento de GLP.

§ 2º Somente realizarão operações com os Centros de Destroca as Distribuidoras de GLP, como tais definidas pela legislação federal específica, e os seus revendedores credenciados, nos termos do art. 8º da Portaria nº 843, de 31/10/90, do Ministério da Infra-Estrutura.

§ 3º Os Centros de Destroca deverão estar inscritos no cadastro de contribuintes do ICMS.

§ 4º Ficam os Centros de Destroca dispensados da emissão de documentos fiscais e da escrituração de livros fiscais, com exceção do Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo, em substituição, emitir os formulários a seguir indicados, de

Acordo com os modelos anexos ao Convênio ICMS 99/96:

- I - Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV);*
- II - Controle Diário do Saldo de Vasilhames por Marca (SVM);*
- III - Consolidação Semanal da Movimentação de Vasilhames (CSM);*
- IV - Consolidação Mensal da Movimentação de Vasilhames (CVM);*
- V - Controle Mensal de Movimentação de Vasilhames por Marca (MVM).*

§ 5º Relativamente aos formulários de que cuida o parágrafo anterior:

I - só poderão ser alterados por convênio;

II - os especificados nos incisos II a V serão numerados tipograficamente, em ordem crescente de 1 a 999.999;

III - o mencionado no inciso IV será encadernado anualmente, lavrando-se os termos de abertura e de encerramento, e levado à repartição fiscal a que estiver vinculado o Centro de Destroca para autenticação;

IV - o referido no inciso V será emitido, no mínimo, em 2 vias, devendo a 1ª via ser enviada à distribuidora até 5 dias contados da data de sua emissão.

§ 6º Os Centros de Destroca emitirão o documento denominado Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV) em relação a cada veículo que entrar nas suas dependências para realizar operação de destroca de botijões vazios destinados ao acondicionamento de GLP, contendo, no mínimo:

- I - a identificação do remetente dos botijões vazios, bem como os dados da Nota Fiscal que houver acobertado a remessa ao Centro de Destroca;*
- II - demonstração, por marca, de todos os botijões vazios trazidos pelas distribuidoras ou seus revendedores credenciados, bem como os a eles entregues;*
- III - numeração tipográfica, em todas as vias, em ordem crescente de 1 a 999.999, a serem enfileiradas em blocos uniformes de 20, no mínimo, e 50, no máximo, podendo, em substituição aos blocos, também ser confeccionada em formulários contínuos ou jogos soltos, observada a legislação específica para a emissão de documentos fiscais.*

§ 7º A Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV) será emitida, no mínimo, em 4 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via acompanhará os botijões destrocados e será entregue pelo transportador à Distribuidora ou ao seu revendedor credenciado;

II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para fins de controle do fisco;

III - a 3ª via poderá ser retida pelo fisco da unidade da Federação onde se localize o Centro de Destroca, quando a operação for interna, ou pelo fisco da unidade da Federação de destino, sendo a operação interestadual;

IV - a 4ª via será enviada, até o dia 5 de cada mês, à Distribuidora, juntamente com o formulário Controle Mensal da Movimentação de Vasilhames por Marcas (MVM), para o controle das destrocas efetuadas.

§ 8º A impressão da Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV) dependerá de prévia autorização da repartição fiscal competente.

§ 9º As Distribuidoras ou seus revendedores credenciados poderão realizar destroca de botijões com os Centros de Destroca de forma direta ou indireta, considerando-se:

I - operação direta a que envolver um ou mais Centros de Destroca;

II - operação indireta:

a) no retorno de botijões vazios decorrente de venda efetuada fora do estabelecimento por meio de veículo;

b) na remessa de botijões vazios efetuada pelos revendedores credenciados com destino às distribuidoras, para engarrafamento.

§ 10. No caso de operação direta de destroca de botijões, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - as Distribuidoras ou seus revendedores credenciados emitirão Nota Fiscal para a remessa dos botijões vazios ao(s) Centro(s) de Destroca;

II - no quadro “Destinatário/Remetente” da Nota Fiscal, serão mencionados os dados do próprio emitente;

III - no campo “Informações Complementares” da Nota Fiscal, será aposta a expressão “Botijões vazios a serem destrocados no(s) Centro(s) de Destroca localizado(s) na Rua, Cidade, UF, Inscrição Estadual nº e CGC/MF nº, e na Rua, Cidade, UF, Inscrição Estadual nº e CGC/MF nº ”;

IV - o Centro de Destroca, ao receber os botijões vazios, providenciará a emissão da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV), cujas 1ª e 3ª vias servirão, juntamente com a Nota Fiscal de remessa referida neste parágrafo, para acompanhar os botijões destrocados no seu transporte com destino ao estabelecimento da Distribuidora ou do seu revendedor credenciado;

V - caso a Distribuidora ou seu revendedor credenciado, antes do retorno ao estabelecimento, necessite transitar por mais de um Centro de Destroca, a operação será acobertada pela mesma Nota Fiscal de remessa, emitida nos termos deste parágrafo, e pelas 1ª e 3ª vias da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV);

VI - a Distribuidora ou seu revendedor credenciado conservará a 1ª via da Nota Fiscal de remessa, juntamente com a 1ª via da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV).

§ 11. No caso de operação indireta de destroca de botijões, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - a entrada dos botijões vazios no Centro de Destroca será acobertada por uma das seguintes Notas Fiscais:

a) Nota Fiscal de remessa para venda de GLP fora do estabelecimento por meio de veículo, no caso de venda a destinatários incertos, emitida pela Distribuidora ou seu revendedor credenciado;

b) Nota Fiscal de devolução dos botijões vazios emitida pelo adquirente de GLP, no caso de venda a destinatário certo, sendo que, em substituição a esta Nota, a entrada dos botijões vazios no Centro de Destroca poderá ser efetuada por meio de via adicional da Nota Fiscal que originou a operação de venda do GLP, conforme legislação em vigor (art. 19);

c) Nota Fiscal de remessa para engarrafamento na Distribuidora, emitida pelo seu revendedor credenciado;

II - as Notas Fiscais referidas no inciso anterior serão emitidas de acordo com a legislação fiscal, devendo, adicionalmente, ser anotada, no campo “Informações Complementares”, expressão “No retorno do veículo, os botijões vazios poderão ser destrocados no Centro de Destroca localizado na Rua, Cidade, UF, Inscrição Estadual nº e CGC/MF nº”, no caso da alínea “a” do inciso anterior, ou a expressão “Para destroca dos botijões vazios, o veículo transitará pelo Centro de Destroca localizado na Rua, Cidade, UF, Inscrição Estadual nº e CGC/MF nº”, nos casos das alíneas “b” e “c” do inciso anterior;

III - o Centro de Destroca, ao receber os botijões vazios para destroca, providenciará a emissão da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV), cujas 1ª e 3ª vias servirão, juntamente com uma das Notas Fiscais referidas no inciso I deste parágrafo, para acompanhar os botijões destrocados até o estabelecimento da Distribuidora ou do seu revendedor credenciado;

IV - a Distribuidora ou seu revendedor credenciado arquivará a 1ª via da Nota Fiscal que houver acobertado o retorno dos botijões destrocados ao seu estabelecimento, juntamente com a 1ª via da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV).

§ 12. Ao final de cada mês, a Distribuidora emitirá, em relação a cada Centro de Destroca, Nota Fiscal englobando todos os botijões vazios por ela ou seus revendedores credenciados a ele emitidos durante o mês, com indicação dos números das correspondentes Autorizações de Movimentação de Vasilhames (AMV).

§ 13. A Nota Fiscal de que cuida o parágrafo anterior será enviada ao Centro de Destroca até o dia 10 de cada mês.

§ 14. A fim de garantir o início e o prosseguimento das operações com os Centros de Destroca, as Distribuidoras deverão abastecer os Centros de Destroca com botijões de sua marca, a título de comodato, mediante emissão de Nota Fiscal.

§ 15. É vedada a operação de compra e venda de botijões por parte do Centro de Destroca.

§ 16. Os documentos e formulários de que cuida este artigo serão conservados, à disposição do fisco, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144.”

Do exposto, tratando-se o recorrente de comerciante varejista de GLP, inaplicáveis as regras de dispensa de emissão e registro de notas fiscais do art. 514.

Por outro lado, como o próprio contribuinte acaba por confessar o cometimento da infração, apenas alegando que se trata de produtos desonerados (quer os vasilhames, por isenção, quer o GLP, com fase de tributação encerrada), não há como esta não ser mantida, pois a conduta infracional se subsume na hipótese legal prevista no inciso XI do art. 42 da Lei nº 7014/96, com arribo no art. 322 do RICMS/BA, que determina o registro de todos os documentos fiscais relativos a mercadorias ou bens que derem entrada no estabelecimento, a qualquer título. Abaixo seguem reproduzidos os dispositivos citados:

“Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

XI - 1% (um por cento) do valor comercial da mercadoria adquirida sem tributação ou com a fase de tributação encerrada, entrada no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal;”

“Art. 322. O livro Registro de Entradas, modelos 1 e 1-A (Anexos 38 e 39), destina-se à escrituração (Conv. SINIEF de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 1/80, 1/82 e 16/89):

I - das entradas, a qualquer título, de mercadorias ou bens no estabelecimento;”

Assim, votamos pelo PROVIMENTO do Recurso de Ofício e pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, modificando a Decisão recorrida para julgar Procedente o Auto de Infração epigrafado, no valor lançado originariamente de R\$66.021,81.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso de Ofício interposto e **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **115305.0001/08-9**, lavrado contra **COMÉRCIO DE GÁS ANDRADE LTDA. (NOVO GÁS)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de **R\$66.021,81**, prevista no art. 42, XI, da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de abril de 2012.

RUBENS BEZERRA SOARES - PRESIDENTE

SANDRA URÂNIA SILVA ANDRADE – RELATORA

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS